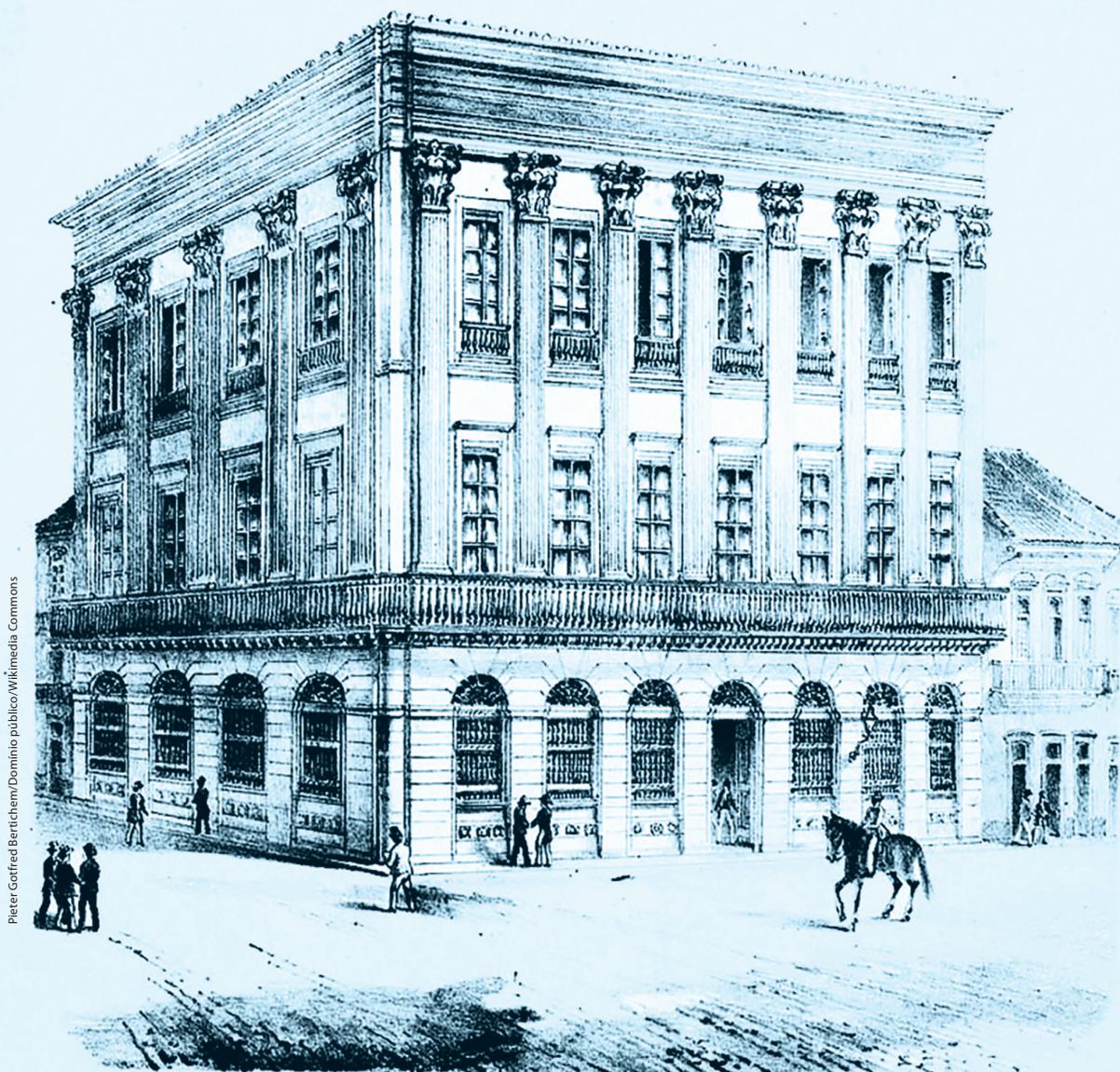


A Independência e o banco, Brasil 1821-1829

Thiago Fontelas Rosado Gambi



Pieter Gouffred Bertchem/Domínio público/Wikimedia Commons

P. Bertchem del e Lith

Lith Imp'do Koenburg Rio de Jan.º

resumo

Em 1822, em sentido estrito, havia somente um banco no país, o Banco do Brasil. O primeiro objetivo deste artigo foi avaliar, por meio de relatórios do Ministério da Fazenda, sua atuação como fornecedor de crédito ao governo desde a Independência até sua extinção em 1829. Num segundo momento, analisou-se o que disse a imprensa da corte sobre os negócios bancários no contexto da emancipação política. A pesquisa mostrou que, na altura da Independência, embora os bancos não tenham sido protagonistas da expansão do mercado de crédito no país, o Banco do Brasil cumpriu uma importante função no financiamento do gasto público e na consolidação da Independência. Desse modo, o artigo procurou contribuir para esclarecer o papel do banco no financiamento dos gastos públicos depois da Independência e captar, pela imprensa, o efeito de seus desdobramentos políticos sobre a confiança na instituição.

Palavras-chave: bancos; crédito; Banco do Brasil; Independência.

abstract

Strictly speaking, in 1822 there was only one bank in the country, the Banco do Brasil. The first goal of this article was to evaluate, through reports of the Ministry of Finance, its performance as a credit supplier to the government from Independence until its extinction in 1829. In a second moment, it was analyzed what the court's press said about the banking business in the context of political emancipation. The research showed that, during the Independence period, although banks were not the main players in the expansion of the credit market in the country, Banco do Brasil played an important role in financing public spending and in the Independence consolidation. Thus, the article sought to contribute to clarifying the role of the bank in financing public spending after Independence and to understand, through the press, the effect of its political developments on trust in the institution.

Keywords: banks; credit; Banco do Brasil; Independence.

N

a altura da Independência, o Brasil contava com apenas uma instituição bancária, o Banco do Brasil, fundado ainda em 1808. Os primórdios da história desse banco, cuja extinção se dará alguns anos depois da Independência, em 1829, são curiosos pelo menos por três aspectos. Primeiro, porque foi criado mais ou menos simultaneamente aos chamados “bancos nacionais” de países europeus e dos Estados Unidos. O da ex-colônia do Norte foi criado ainda no final do século XVIII e os de diversos países europeus, como França e Bélgica, foram aparecendo na primeira metade do século XIX. Não deixa de ser surpreendente que o Brasil tenha acompanhado, pelo menos de partida, a formação desses bancos em países com economias relativamente mais desenvolvidas. O segundo aspecto inusitado é o fato de ser uma instituição monetária e creditícia concebida para ser a mais importante de todo o Império

português e, portanto, esperava-se concretizá-la em solo lusitano. Mas os irônicos ventos da história sopraram sua construção para a colônia, fixando-a no Rio de Janeiro em vez de Lisboa. E o terceiro remete a uma quebra da sequência lógica esperada numa relação entre metrópole e colônia, isto é, o Banco de Lisboa, a instituição bancária metropolitana, foi criado somente em 1821, bastante tempo depois de sua congênere colonial. Em outras palavras, ao contrário do esperado, a primazia nesse caso foi da colônia e não da metrópole.

Esses três curiosos aspectos nos levam a pensar, com razão, em certa precocidade da atividade bancária no Brasil, uma colônia que se adiantava à metrópole e se colocava na proa do desenvolvimento financeiro da época,

O autor agradece os comentários de Yolanda Blasco-Martel e o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

THIAGO FONTELAS ROSADO GAMBI é professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

mas o país perdeu o passo. Sem desmerecer a importante experiência do primeiro Banco do Brasil, é preciso considerar o contexto econômico em que se inseria, a partir do qual já se poderia vislumbrar que o país em inusitada posição de proa no desenvolvimento financeiro paulatinamente escorregaria para um lugar na popa. Em meados do século XIX, Souza Franco (1848, p. 25) comparava a miséria bancária do Rio de Janeiro à miríade de bancos de Nova York. Assim como em diversos países da América Latina, o deslanchar dessas instituições no Brasil se daria apenas no último quartel daquele século (Marichal, mimeo.).

O fato da precoce criação de um banco no Brasil não ter resultado, posteriormente, em desenvolvimento financeiro pode ser em parte explicado pelas circunstâncias históricas acidentais que resultaram na fundação de um banco português no Brasil, ou seja, o Banco do Brasil não foi criado como expressão de uma demanda da economia por moeda e crédito, embora não tenha deixado de auxiliá-la nesse sentido, mas principalmente como um instrumento para financiar as despesas da corte transferida para o país diante da invasão francesa em 1808.

O objetivo de financiar o Estado não deve ser visto como um problema em si mesmo. Não era raro encontrar bancos nacionais atuando dessa maneira em outros países. O Banco do Brasil também era uma instituição emissora de notas bancárias conversíveis em metal, isto é, seus portadores poderiam trocá-las, à vontade, quando quisessem, pelo montante equivalente em metal. Tampouco havia novidade nesse aspecto, pois era comum à época a adoção da moeda metálica ou do papel-moeda conversível em metal nos países mais desenvolvidos financeiramente.

A emissão de notas conversíveis o obrigava a manter certa relação entre suas emissões e suas reservas em metal. Evidentemente, se houvesse um aumento da emissão, a reserva em metal deveria acompanhá-lo. O problema aparecia quando havia uma desproporção significativa entre emissões e reserva metálica a ponto de comprometer a conversão das notas em metal.

Essa breve explicação facilita compreender a relação entre a despesa pública e a emissão do Banco do Brasil. Se a primeira era financiada, ainda que parcialmente, pela segunda, o crescimento da despesa pública pressionava o aumento da emissão. E se a reserva metálica do banco não acompanhasse esse movimento, a conversibilidade de suas notas e, conseqüentemente, sua credibilidade seriam ameaçadas. Dada a relação muito próxima entre o governo e o banco, caberia questionar a influência de uma situação de instabilidade política como a da Independência sobre a confiança na instituição.

A confiança é um ativo fundamental para qualquer banco. No caso de bancos de emissão, sua perda poderia implicar corridas pela conversão, levando-os, no limite, à falência. É verdade que o Banco do Brasil passou por situações delicadas desse tipo ainda antes da Independência, especialmente em 1818 e 1821, como veremos adiante. Se nesses contextos a confiança do público no banco já parecia esmorecer, a circunstância política de 1822 poderia levar portadores de suas notas a uma desconfiança final.

Contudo, não foi o que aconteceu. Se não houve uma profunda ruptura econômica, política e social entre a colônia e a Independência, tampouco a situação do banco se alterou significativamente com a emancipação. Apesar de fragilizado, ele se manteve

ativo até sua extinção e continuou a cumprir um importante papel no financiamento das despesas do país recém-independente.

Portanto, o artigo tem como objetivo mostrar, por meio de relatórios do Ministério da Fazenda, a importância do Banco do Brasil no financiamento do governo durante o processo de Independência e captar, por meio da imprensa, a influência desse processo sobre a confiança na instituição. Ele está organizado em três seções. A primeira procura caracterizar o crédito no Rio de Janeiro à época da Independência, com o intuito de compreender o papel e o funcionamento do banco na economia colonial. Se não havia bancos, além do Banco do Brasil, como funcionava o mercado de empréstimos na então capital do Império português? A segunda seção aborda, por meio dos relatórios do Ministério da Fazenda, o papel do Banco do Brasil nos anos anteriores e posteriores à emancipação. Qual foi, afinal, sua função no processo de Independência? Uma vez compreendido o papel do banco, passamos a analisar como ele apareceu na imprensa por volta de 1822, a fim de avaliar a confiança do público no banco num contexto de instabilidade política. Diante da perspectiva da Independência, o que a imprensa publicava sobre o Banco do Brasil?

O CRÉDITO NA CORTE E O CRÉDITO DO BANCO

Se na altura da Independência o país contava com um único banco formalmente constituído, o Banco do Brasil, não surpreende que uma parcela significativa dos empréstimos feitos na corte, num Rio de Janeiro que experimentava uma expansão da

população e do mercado de consumo desde a chegada da família real e da abertura dos portos, estivesse associada a indivíduos, casas comerciais e outras instituições não bancárias (Ryan Jr., 2007, pp. 78-9).

O primeiro Banco do Brasil foi extinto em 1829. Depois dele, outros bancos privados surgiram somente na segunda metade da década de 1830 e, especialmente, nas décadas de 1840 e 1850. Mesmo assim não eram muitos e essa escassez de bancos, de acordo com Ryan Jr. (2007, p. 89) e Penna (2019, p. 308), não impediu a expansão do mercado de crédito na cidade do Rio de Janeiro, principal praça comercial do país, entre 1820 e 1860. Nesse período, o número de contratos na corte cresceu de 110 para 508 e o valor total dos empréstimos saltou de 45 mil para 737,5 mil libras. Na primeira metade do século XIX, o crescimento populacional e da economia teriam induzido a formação da demanda que alavancou as transações creditícias, prescindindo da existência de bancos. Tal desempenho levou o autor a concluir que o caso do Rio de Janeiro no século XIX desafia a concepção segundo a qual os bancos seriam uma condição para o desenvolvimento do mercado de crédito (Ryan Jr., 2007, p. 93).

Como mencionado, o mercado de crédito no Rio de Janeiro era marcado, na verdade, pela predominância dos empréstimos individuais, especialmente associados a comerciantes. Para ilustrar, a análise das ações de execução entre 1821 e 1850, feita por Piñeiro e Saraiva (2014, p. 140), mostra a presença maciça desse grupo entre credores e devedores envolvidos com a justiça. Os comerciantes costumavam manter relações de crédito entre si, seja por meio da concessão de prazos para o pagamento

de mercadorias, seja por intermédio de instrumentos financeiros, como as usuais letras de câmbio e letras da terra¹, e também empréstimos mútuos e cauções. Além do crédito interpessoal, é preciso lembrar ainda a atuação na oferta de empréstimos de instituições como o Juízo dos Órfãos, Santas Casas, companhias de seguros e caixas econômicas (Aidar, 2020, p. 245; Penna, 2019; Saraiva & Alvarenga, 2017; Marcondes, 2014, p. 750; Piñeiro & Saraiva, 2014, p. 137; Gorenstein, 1993, p. 143).

Ao analisar o crédito na província da Bahia, Mattoso (1992, pp. 509-10) chegou a uma conclusão parecida com a do estudo de Ryan Jr. para o Rio de Janeiro, ou seja, graças àqueles instrumentos financeiros e às relações individuais, com destaque para as transações entre comerciantes, o mercado de crédito e o “mundo do comércio” prosperaram na província mesmo sem o protagonismo de instituições formais de crédito, como os bancos.

Na avaliação de Gorenstein (1993, p. 145), o comércio e, por extensão, as relações de crédito passaram por uma redefinição com a Independência em que as velhas práticas coloniais, sem resistir às mudanças, a elas se adaptaram. Assim, práticas coloniais permaneceram nas relações de crédito e mantiveram espaço para a ascensão social pelo contato com membros da corte e do governo.

Era esse, aproximadamente, o cenário do crédito no Brasil da Independência, um mercado de alcance local, predominantemente informal, com laços estreitos com o comércio e sustentado por relações pessoais.

Se o crédito se expandiu com a ampliação do mercado consumidor e a modernização dos instrumentos financeiros, por outro lado, mantiveram-se as relações informais e pessoais nesse tipo de transação, com o peso da herança colonial deixada pela presença da corte e do governo no país.

Essas considerações nos fazem pensar sobre o caráter do desenvolvimento do mercado de crédito no Brasil na primeira metade do século XIX. Como mostraram Ryan Jr. e Mattoso, parece indiscutível a expansão quantitativa desse mercado no período, seja em número de contratos, seja em termos de valores. Contudo, a quase ausência do crédito institucional, mais especificamente, do crédito bancário, pode ajudar a explicar a permanência de características de um mercado pouco desenvolvido baseado em relações pessoais, com prazos curtos e baixo valor médio de empréstimos, além de elevadas taxas de juros (Aidar, 2020, p. 260; Ryan Jr., 2007, p. 99).

Alternativamente, Summerhill (2015, p. 217) debita o baixo desenvolvimento de instituições privadas de crédito no país durante o Império na conta de um Estado que soube construir um importante mercado de dívida pública e, ao mesmo tempo, restringir a formação de instituições privadas capazes de fazer florescer as finanças. Por isso, o Brasil não teria seguido a trilha virtuosa do desenvolvimento financeiro proposta por North e Weingast (1989, p. 825), segundo a qual a imposição de limites ao poder estatal e a conseqüente ascensão do crédito público seriam seguidas pelo desabrochar dos mercados financeiros privados.

Qual seria, então, o papel do Banco do Brasil no mercado de crédito da corte? Um dos pontos fundamentais da tese de Ryan Jr.

1 Para letra de câmbio, cf. Corrêa (2020).

sobre o crédito no Rio de Janeiro no século XIX é que os bancos brasileiros dessa época surgiram como complemento, e não como substitutos, do mercado de crédito não bancário. Em relação ao crédito privado, esse parece ter sido também o papel do primeiro Banco do Brasil. Para ilustrar, seu balanço de março de 1821 revela mais de 3 mil contos em dívidas de particulares, um montante significativo, embora bem mais modesto do que os quase 9 mil contos em notas emitidas e em circulação (Lisboa, 1821). Do mesmo modo, se tomarmos seus lucros no ano de 1822, veremos que, aproximadamente, 99 contos se deveram a operações com particulares – desconto de letras e prêmio de dívida –, enquanto quase 320 contos se referiram a operações com o governo – prêmio da dívida do Tesouro (*O Espelho*, ed. 129, 11/02/1823, pp. 1-2).

Esses dados indicam com clareza o descompasso entre as operações realizadas com particulares e com o governo. Na verdade, na época da Independência, mas não só, também antes e depois dela, o negócio do banco era mesmo com o governo. Embora tenha atuado no crédito particular, seu papel principal foi financiar o gasto público, atuação essencial para consolidar a Independência brasileira.

O BANCO, O TESOURO E A INDEPENDÊNCIA

A situação do Tesouro no início da década de 1820 não era das mais promissoras. Pouco menos de um ano antes da Independência, em 21 de setembro de 1821, d. Pedro escrevia ao pai, num tom quase desesperado, dizendo não haver dinheiro para pagar as contas e não saber o que fazer (*Correspondência*, 1872,

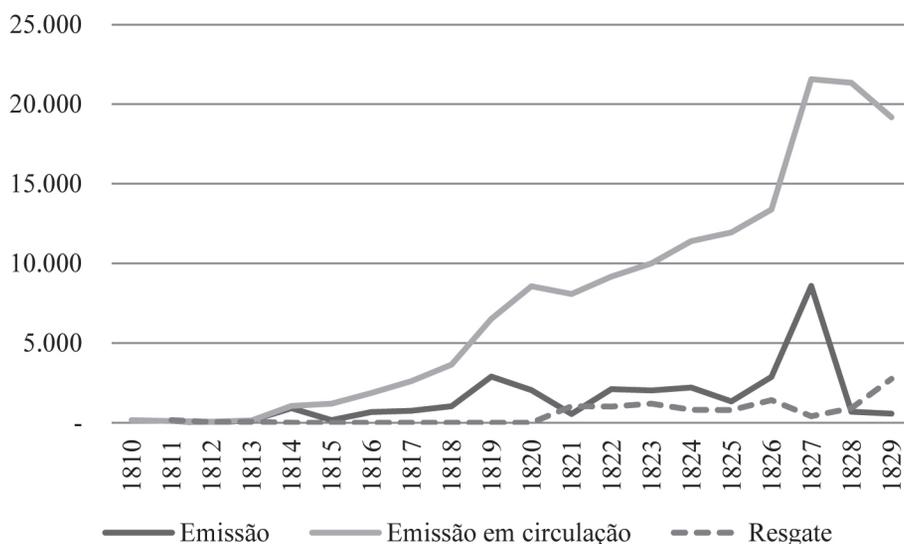
p. 10). Nogueira da Gama, futuro Marquês de Baependi e importante personagem na construção da Independência, foi escrivão do Tesouro e, posteriormente, em 1823, ministro da Fazenda de d. Pedro, sucedendo a Martin Francisco. Em seu relatório sobre as finanças públicas desse período indicava a necessidade, por parte do Tesouro, de honrar seus pagamentos e, ao mesmo tempo, a fragilidade das contas públicas que ameaçava o cumprimento dessas obrigações.

Algo precisava ser feito e as alternativas não eram muitas. Não se podia contar com recursos enviados pelas províncias, pois algumas enfrentavam seus próprios problemas financeiros e outras ainda resistiam à Independência; tampouco seria prudente aumentar a carga de impostos em tão conturbado contexto político. Era o que dizia o relatório da Comissão de Fazenda da Câmara, publicado em maio de 1822, ao analisar o estado do Tesouro (Carreira, 1889, p. 82). Sobraria a alternativa de recorrer a um empréstimo, mas quem se habilitaria a emprestar recursos a um devedor reconhecidamente em dificuldades financeiras? Restava, ainda, apelar ao Banco do Brasil.

É sabido que, quando criado, uma de suas finalidades explícitas era justamente financiar o gasto público. Ao mesmo tempo, como instituição emissora, deveria se equilibrar para atender à demanda do governo, de seus clientes privados e, simultaneamente, garantir a conversibilidade de suas notas em metal, ao portador e à vista. O equilíbrio se manteve durante o primeiro decênio de seu funcionamento, construindo a confiança do público em suas notas. Entretanto, em 1818, começaram as dificuldades que contribuíram para levá-lo à extinção (Andrada, 1923, p. 12). O Gráfico 1 mostra o compor-

GRÁFICO 1

Emissão, emissão em circulação e resgate de notas do Banco do Brasil (1810-29) – em contos de réis



Fonte: Brasil (1860, Anexo B)

tamento das emissões do Banco do Brasil entre 1810 e 1829.

É possível notar que, desde 1818, além de emitir notas continuamente até 1829, numa média de 2.200 contos anuais, a retirada de notas de circulação permaneceu quase sempre abaixo da emissão, com exceção dos anos de 1821, 1828 e 1829. Conseqüentemente, a emissão de notas em circulação assumiu uma trajetória ascendente praticamente ininterrupta até a extinção do banco. Essas informações por si sós não são suficientes para mostrar a dificuldade com a conversão de suas notas e, por conseguinte, com a perda de confiança que levava à sua desvalorização em relação ao metal. Contudo, o aumento significativo da emissão em circulação sinalizava problema, como ilustra o Gráfico 2.

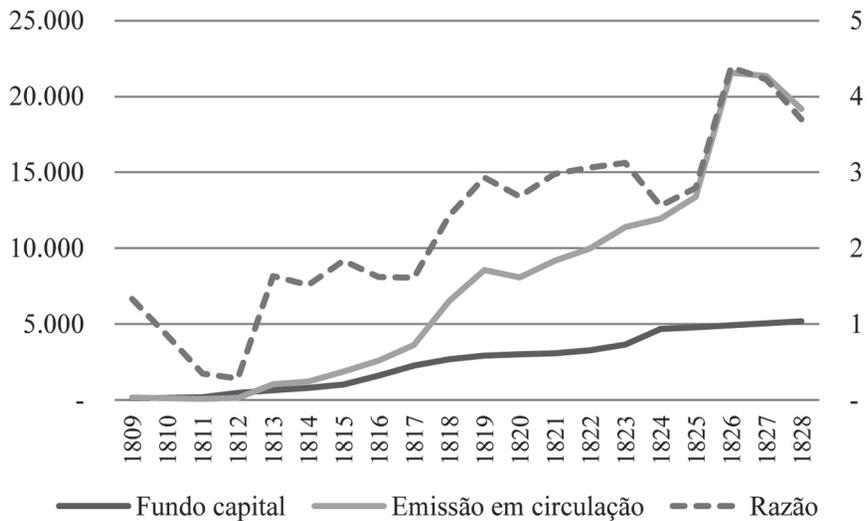
Se considerarmos a soma do capital e do fundo de reserva como os recursos disponíveis para fazer frente à conversibilidade da

emissão em circulação, enxergamos melhor o problema do banco ao constatar a amplitude cada vez maior entre as duas curvas. Além disso, se tomarmos a razão entre a emissão em circulação e os recursos disponíveis, percebemos depois de 1818 que ela permanece muito próxima ou acima do triplo, limite de segurança para se garantir a conversibilidade. Mas qual seria a relação entre a dificuldade do banco em manter a conversibilidade de suas notas e o aperto do Tesouro?

Bem, se no início da década de 1820 a situação das contas públicas não era boa, a do Banco do Brasil também inspirava cuidados, já que ambos estavam estreitamente vinculados por laços de crédito. Por isso, na mesma carta referida acima, d. Pedro fez uma sombria previsão segundo a qual

“a província vai estourar logo que o banco, o *tísico banco*, que é o meu termômetro,

Banco do Brasil: capital + fundo de reserva x emissão em circulação (1810-29) – em contos de réis



Fonte: Brasil (1860, Anexo B)

estiver com o dinheiro exausto (que para isso não faltam nem quatro meses, pelos passos gigantescos com que ele marcha para a cova, aberta pelos seus dilapidadores); ele de todo já não tem nem ouro nem prata, e só sim algum cobre [...] por consequência, como não tem crédito nem com que o alcance, os seus bilhetes valem muito pouco, ou quase nada” (*Correspondência*, 1872, p. 10, grifo nosso).

Nessa passagem, o então regente parece associar a fragilidade do banco à sua má administração², sem lembrar a dívida do Tesouro com a instituição. Porém, aí está a

relação: o aumento da emissão, especialmente a partir de 1818, estava associado em boa medida à necessidade de financiamento dos gastos públicos. Em suas *Reflexões sobre o Banco do Brasil oferecidas aos seus acionistas*, opúsculo publicado por volta de março de 1821, José Antonio Lisboa mostrou que a dívida do Tesouro com o banco montava a aproximadamente 4.800 contos diante de um ativo total de cerca de 13.700 contos.

A análise foi escrita depois do decreto de 7 de março que informou o retorno de d. João a Portugal e causou uma corrida ao banco. Assim, o texto em favor da instituição era uma maneira de mitigar a desconfiança do público. Ademais, dizia Lisboa (1821, p. 14), até aquele momento não havia informação clara sobre o banco, sequer se sabia ao certo o volume de suas emissões. Por isso, o recém-nomeado deputado da Junta coletou o balanço de março de 1821 para tentar mos-

2 A má administração do banco, especialmente até 1821, é tratada em Lisboa (1821) e Sampaio (1821) e mencionada no relatório do Ministério da Fazenda de 1827 (apud Franco, 1848, p. 14). Cf. também Franco (1848, pp. 12-5) e Cardoso (2010, p. 177).

trar justamente a solvabilidade do estabelecimento, aliás, ele avaliava que, apesar de dificuldades conjunturais, o banco teria uma posição até vantajosa (Lisboa, 1821, p. 16).

Ora, dizia o dono das reflexões, para o Banco do Brasil garantir a conversão de sua emissão bastava ao Tesouro e às estações públicas pagarem suas dívidas. Lisboa pendurou seu argumento na confiança do crédito público: um particular poderia falhar um pagamento de repente, mas o Tesouro público jamais poderia se encontrar nessas circunstâncias e, se a nação era solvável, o banco também o era. Por isso perguntava, em tom encorajador: “Quem pode pois recear que o Banco do Brasil deixe de ser pago dos empréstimos e suprimentos que tem feito ao Tesouro Público?” (Lisboa, 1821, pp. 17-9). Era evidente, porém, que o governo não tinha como saldar essa dívida (Sampaio, 1821, p. 7).

Por isso, Souza Franco recearia. Em sua obra sobre os bancos do Brasil, publicada em 1848, partiu do trabalho de José Antonio Lisboa para avaliar a situação do banco e apontou que a razão entre a emissão e o fundo de capital excedia em muito o triplo³. Mas não só: ao considerar como crédito os efeitos em carteira e o caixa, e como débito a emissão, saques, depósitos e letras a pagar, percebeu um saldo contra o banco de pouco mais de 6 mil contos. Sua conclusão era de que, mesmo quitada

a dívida do Tesouro, o banco não conseguiria garantir a conversibilidade de suas notas e, portanto, estava insolvente já em 1821, ao contrário do que dizia o deputado da Junta. O cerne do problema estaria justamente no aumento excessivo da emissão, na medida em que, em sua visão, o banco deixou de ser um financiador do comércio para se tornar mera caixa suplementar do Tesouro (Franco, 1848, pp. 9-12).

A queda contínua da subscrição de ações a partir de 1818 parece corroborar essa análise e, nesse caso, o processo político – retorno de d. João e Independência – parecer influenciado negativamente a confiança do público no banco, pois foram 20 ações subscritas em 1821 e apenas 13 em 1822, conforme mostra o Gráfico 3.

Mesmo d. Pedro, em seu manifesto aos governos e nações amigas, de agosto de 1822, não parecia nutrir muita esperança de quitar a dívida com o banco enquanto dependesse da cortes de Lisboa. Segundo o príncipe regente, elas sabiam

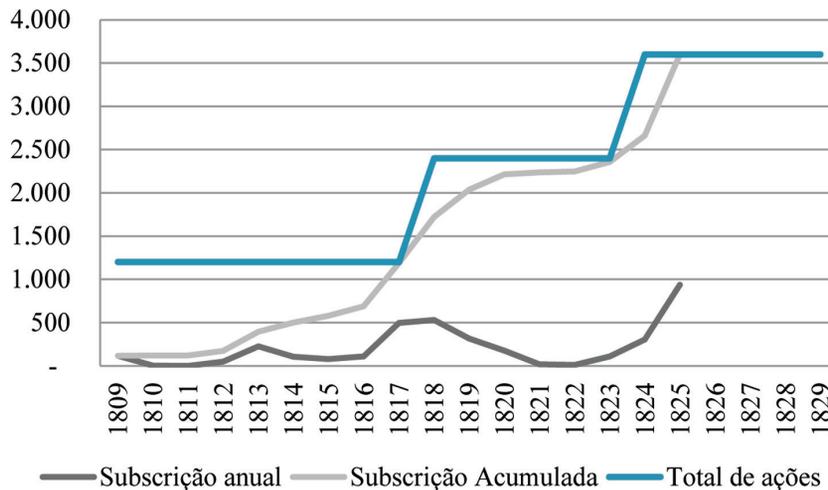
“que o Brasil estava esmagado pela imensa dívida do Tesouro ao seu Banco Nacional, e que, se este viesse a falir, de certo inumeráveis famílias ficariam arruinadas, ou reduzidas à total indigência. Este objeto era da maior urgência; todavia nunca o credito deste Banco lhes deveu a menor atenção; antes parece que se empenhavam com todo o esmero em dar-lhe o último golpe” (Egas, 1916, p. 146).

Seja na apreciação otimista de Lisboa, na análise cética de Souza Franco ou na crítica de d. Pedro às cortes, ficava evidente o problema que entrelaçava a necessidade de recursos por parte do governo, sua dívida

3 Em sua análise da conversibilidade, Souza Franco considerou o fundo de capital do banco apenas como o capital e o fundo de reserva, deixando de fora a receita decorrente do alvará de 1812. Se a considerasse, a razão ficaria pouco abaixo de 3, conforme mostrou o Gráfico 2. O alvará de 20 de outubro de 1812 estabeleceu um imposto sobre seges, lojas e embarcações para o fundo de capital do Banco do Brasil.

GRÁFICO 3

Subscrições de ações do Banco do Brasil, anual e acumulada (1809-29)



Fonte: Brasil (1860, Anexo B)

com o banco e as emissões. Esse entrelaçamento estava na raiz do seu descrédito e da desvalorização de suas notas no mercado, e teria se tornado crônico a partir de 1818, desde antes da Independência (Say, 1839, p. 93; Franco, 1979, p. 66).

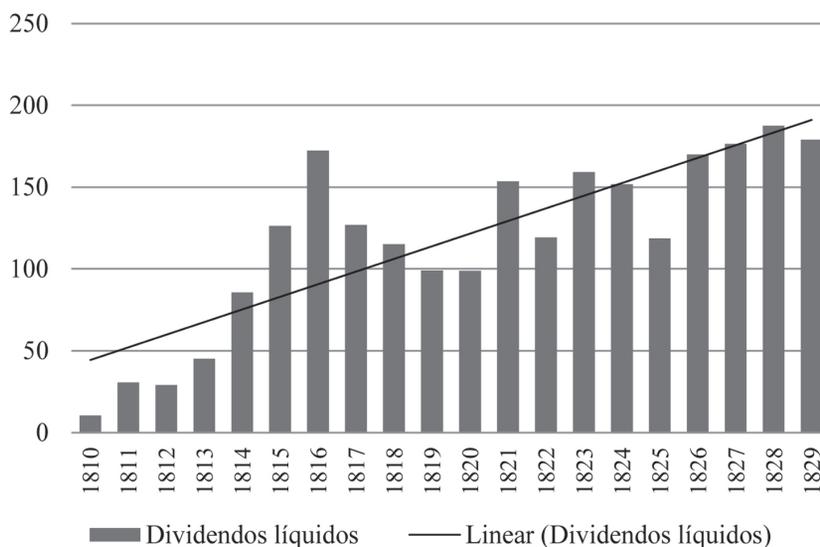
Por isso, em sua obra, Souza Franco (1848, p. 11) foi assertivo em refutar a tese de que os gastos decorrentes da Independência teriam sido a causa das dificuldades do banco. Embora seja inegável a manutenção da trajetória ascendente das emissões depois da emancipação, sua situação em termos de garantia da conversibilidade era frágil há algum tempo. Era de se esperar, portanto, uma reação dos acionistas contrária a esse estado de coisas. Contudo, é preciso considerar que o banco também era favorecido em sua relação com o governo (Lisboa, 1821, p. 12; Sampaio, 1821, p. 9). Pesavam ainda as relações pessoais de crédito herdadas da colônia e os favores

prestados ao governo em troca de honrarias e mercês (Aidar, 2018, p. 17). Além disso, conforme ilustra o Gráfico 4, o pagamento ascendente e certo de dividendos contribuiu para explicar a débil resistência aos pedidos do governo.

Como veremos, é possível inferir que boa parte das emissões do banco realmente acabou no Tesouro e se, por um lado, o fragilizou, por outro, viabilizou o pagamento de dividendos aos acionistas e o financiamento de diversos gastos públicos importantes para consolidar a Independência, inclusive campanhas militares. São diversos os analistas que apontam essa relação entre o banco e o financiamento do gasto público. Souza Franco assinalou a exigência financeira, por parte do Tesouro, em virtude da Independência e avaliou, como há pouco mencionado, que o banco havia se reduzido a mero fornecedor de recursos ao governo (Franco, 1848, pp. 11-2). Castro Carreira (1889, p. 89), no

GRÁFICO 4

Banco do Brasil: dividendos líquidos por ação (1810-29) – em mil-réis



Fonte: Brasil (1860, Anexo B)

alvorecer da República, ao analisar a fragilidade das finanças do Tesouro em 1822, afirmou que a intervenção do governo no banco aumentava e este era arrastado por uma “onda de desmoralização”. Historiadores do banco como Freire (1907, p. 16), Viana (1926, p. 119) e Franco (1979, pp. 93-4) indicaram suas emissões como fonte de recursos do governo. Mais recentemente, Carrara (2016, pp. 8 e 58) considerou o banco, ao lado do erário, a coluna vertebral do novo Estado brasileiro ao assegurar-lhe recursos indispensáveis para sua sustentação financeira e afirmou que seus empréstimos eram utilizados como recursos extrafiscais para financiar os mais variados tipos de despesa.

A exposição aos acionistas do banco de 1823, feita pelo seu então presidente José Antonio Lisboa, corrobora essa informação. Além de mencionar o suprimento de recur-

sos em montante equivalente ao que viria das províncias, lembrou ainda que o banco manteve as tropas portuguesas no Rio da Prata mesmo quando o Tesouro de Lisboa cortou os pagamentos em setembro de 1820. Ao final, José Antonio Lisboa manifestava o desejo de que o Banco do Brasil se expandisse para todas as províncias do Império e se tornasse “uma firme coluna do Estado” (*O Espelho*, 1823, ed. 129, pp. 1-2).

Mas isso não chega a ser novidade, já que essa era mesmo uma das finalidades do banco, se não a mais importante. Coletar evidências quantitativas desse financiamento, por sua vez, não é tarefa das mais fáceis, pois os relatórios do Ministério da Fazenda e as informações sobre o banco à época não eram bem organizados, tampouco bem sistematizados ou confiáveis, como atestam Nogueira da Gama sobre o governo e o próprio José Antonio Lisboa

GRÁFICO 5

Varição da dívida do Tesouro com o Banco do Brasil, emissões anuais e emissão em circulação – em mil-réis



Fonte: Brasil (1823, pp. 30-2; 1826, p. 145; 1827, p. 15; 1860, Anexo B)

sobre o banco. Apesar disso, o Gráfico 5 tenta relacionar a variação da dívida do Tesouro com o banco e as suas emissões anuais, a fim de sugerir a associação dessas últimas com o financiamento do gasto público.

Carrara (2016, p. 60) já havia notado essa relação entre os anos de 1816 e 1818. Em sua análise, dos quase 2.500 contos emitidos

nesse período, 1.970 contos teriam entrado no Tesouro como suprimento. Embora a análise da documentação utilizada neste trabalho não permita associar clara e inequivocamente as emissões e os gastos por ela financiados, a Tabela 1 mostra uma importante participação da dívida com o banco no total da dívida do Tesouro.

TABELA 1

Dívida passiva do Tesouro (1822-29) – em mil-réis

	Total	BB	Participação
1822	10.176.580,783	2.847.708,328	28%
1823	12.055.582,456	3.659.394,796	30%
1824	11.860.027,602	7.508.335,193	63%
1826	33.228.183,828	11.758.801,676	35%
1827	49.356.426,924	19.033.474,600	39%
1829	54.000.000,000	19.905.128,373	37%

Fonte: Brasil (1823, pp. 30-2; 1826, p. 145; 1827, p. 15)

A evolução da dívida com o banco depois de 1822 e sua participação de aproximadamente um terço do total da dívida passiva do Tesouro sugerem a importância do banco no financiamento do gasto público, inclusive das campanhas militares nas províncias onde havia resistência à separação de Portugal ou ao movimento de centralização política promovido por d. Pedro. Lisboa (1821, p. 23) menciona numa nota de suas *Reflexões* o financiamento de forças terrestres e marítimas no Rio da Prata e no Rio de Janeiro, e Franco (1979, p. 110) afirma que foram utilizados recursos do banco para custear a expedição do almirante Cochrane para combater a chamada “Confederação do Equador”, agitação política iniciada no Recife em 1824.

O relatório do Ministério da Fazenda de 1825, assinado por Nogueira da Gama, é explícito ao elencar as despesas extraordinárias exigidas pela conjuntura política a partir de 1821. Esse tipo de despesa deveria ser coberto com receitas também extraordinárias, como os suprimentos feitos pelo banco. Dizia o então ministro da Fazenda:

“Uma revolução no Brasil, a maior que se podia imaginar, ocasionou sucessos assombrosos. Foi necessário criar-se uma marinha de guerra, um exército, combater e expulsar os lusitanos armados do território brasileiro ao Norte e ao Sul, subsidiar as províncias necessitadas com armamento e dinheiro, expugnar a anarquia que se apoderou de algumas e as assolou; fazer expedições navais dispendiosas e, finalmente, defender e suscitar a Causa Sagrada do Império contra os seus numerosos inimigos internos e externos” (Brasil, 1826, p. 126).

Essas palavras evidenciam a necessidade de recursos para financiar campanhas mili-

tares, a fim de consolidar a Independência. Nelas não aparece, todavia, o vínculo dessas despesas com o banco. Ele surge, porém, no relatório do Ministério da Fazenda do ano seguinte, assinado por João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz. Depois de apresentar a dificuldade de financiar despesas extraordinárias em ascensão, o ministro dizia que o banco era o único fornecedor de fundos para o governo, mas reclamava que o Tesouro, além de pagar juros por eles, ainda tinha que lidar com a enorme desvalorização de suas notas, pois assim eram fornecidos os recursos (Brasil, 1827, p. 3).

Ainda em 1824, as tropas do Sul, lideradas pelo português Frederico Lecor, Visconde da Laguna, conseguiram retomar Montevidéu, que havia sido capturada por insurgentes fiéis às cortes de Lisboa. No ano seguinte iniciou-se o conflito pela independência do Uruguai. Os relatórios do Ministério da Fazenda trazem informações específicas sobre a chamada Campanha da Cisplatina, como mostra a Tabela 2.

Ainda que a Tabela 2 apresente dados de orçamento, é possível inferir, junto às evidências qualitativas apresentadas, a participação do banco no seu financiamento. Freire (1907, p. 46) chega a afirmar que o aumento da dívida do Tesouro se deveu à guerra com o Uruguai e que quase toda a despesa havia sido sustentada pelo banco.

Os dados apresentados nesta seção procuraram evidenciar a importância do Banco do Brasil para viabilizar financeiramente a aquisição da soberania política. No entanto, ao fornecer os recursos necessários para consolidar a separação por meio de emissões excessivas, comprometeu a conversibilidade de suas notas e, por extensão, a sua reputação junto ao público. Se, de um lado, mesmo

TABELA 2

Orçamento de despesa extraordinária do Tesouro (1825-28) – em mil-réis

Ano	Suprimento do BB
1825	335.267,68
1826	2.168.783,02
1827	1.110.388,71
1828	1.200.000,00

Fonte: Brasil (1826, pp. 3, 152, 187; 1827, p. 12)

depois da Independência o banco cumpriu seu papel de auxiliar o governo, de outro, a necessidade permanente de recursos por parte do governo o prejudicou e o levou a um declínio irreversível.

Concordamos com Souza Franco (1848, p. 11) que os gastos derivados da Independência não foram a causa de sua ruína, pois, como mencionado, seus problemas se arrastavam desde pelo menos 1818, todavia, o rompimento político com Portugal abriu espaço para o aumento do gasto público e seu financiamento pelo banco. Qual teria sido a reação do público em relação ao banco diante da perspectiva da Independência? Uma das maneiras de nos aproximarmos dessa reação é consultar os jornais da época e verificar o que diziam sobre o Banco do Brasil, assunto da próxima seção.

O BANCO NA IMPRENSA POR VOLTA DE 1822

No início da década de 1820, na esteira da revolução liberal portuguesa, a imprensa brasileira gozou de um período de liberdade expresso no aumento significativo do número de periódicos e panfletos, parte deles crítica do absolutismo. Para se ter

uma ideia desse aumento, basta dizer que, no Rio de Janeiro, em 1820, havia apenas um periódico em circulação contra 11 no ano seguinte (Santos, 2010, p. 62).

Autores diversos observam que, no Brasil, a ideia de Independência ainda não era clara em 1821 (Costa, 1981, p. 101; Pimenta, 2009, p. 58). De acordo com Bethell (2008, p. 195), embora o país tivesse trilhado o caminho da separação de Portugal desde a abertura dos portos, a Independência não era o desejo predominante nessa altura e passou a ser somente por estímulo da revolução do Porto, do retorno de d. João para Portugal e do reacionarismo das cortes, convocadas pelo monarca para elaborar uma constituição para Portugal e para o Brasil. Esse último aspecto teria forçado a classe dominante brasileira a se unir em torno da Independência.

Ao analisar jornais da época, Santos (2010, p. 58) confirma que a emancipação, embora reconhecida, não aparecia manifestamente na imprensa, nem possuía ampla adesão. A alternativa da separação de Portugal ganhou corpo somente em 1822 e logo os periódicos se tornariam importantes instrumentos da disputa política vinculada ao destino do país (Sodré, 1999, p. 43), ilustrada, simplificada, pela cisão entre as elites portuguesa e brasileira (Bethell, 2008, p.

182). A elite brasileira, composta também de portugueses com interesses econômicos no Brasil, apoiava a imprensa crítica da dominação lusa e da ameaça de volta ao monopólio (Sodré, 1999, p. 45).

Com a maior liberdade de imprensa a partir de 1820 e com o retorno de d. João no ano seguinte, o noticiário era dominado pela questão política e, com o tempo, a Independência e a defesa de uma constituição protagonizaram o debate nos periódicos, por isso, não surpreende a menor importância atribuída a questões econômicas ou ao Banco do Brasil especificamente. Como analisa Santos (2010, p. 68), na linha de Morel (2016), a imprensa dessa época foi mais fundamental para moldar identidades políticas no Brasil do que para expressar interesses econômicos, embora, evidentemente, seja possível identificar tais interesses como pano de fundo das alternativas políticas em jogo (Oliveira, 1999). A união de diversas tendências – de monarquistas a republicanos – em torno da Independência contra as cortes se desfez no final de 1822, quando foi cassada a liberdade de imprensa no Brasil, com o fechamento de jornais críticos a d. Pedro (Sodré, 1999, p. 61).

Se instituições creditícias e monetárias vivem e sobrevivem fundamentalmente da confiança das pessoas, o que dizia a imprensa de um Banco do Brasil fragilizado e, conseqüentemente, enfrentando uma crescente desvalorização de suas notas? Passamos a apresentar a partir de agora como o banco figurou nos principais periódicos da corte por volta de 1822, a fim de captar pela imprensa o efeito do processo político sobre sua credibilidade. Foram coletados dados, entre junho de 1821 e setembro de 1823, nos seguintes jornais: *Correio do Rio de*

Janeiro, Gazeta do Rio de Janeiro, Diário do Rio de Janeiro, A Malagueta, Reverbero Constitucional Fluminense, Compilador Constitucional, Político e Literário, Correio Braziliense e os Annaes Fluminenses.

Nessa época, a imprensa dedicada aos assuntos comerciais e financeiros ainda não havia aparecido. O *Jornal do Comércio*, o *Diário Mercantil* e o *Semanário Mercantil*, por exemplo, foram criados posteriormente. Ainda assim os jornais que circulavam na corte tratavam, entre outras coisas, de notícias de negócios. Havia, é verdade, grande número de anúncios relativos a questões do cotidiano, como a perda de bilhetes, a oferta de ações para venda, a chamada para a distribuição de dividendos. O *Diário do Rio de Janeiro*, um jornal mais informativo do que de opinião (Sodré, 1999, p. 50), publicava informações sobre o banco, como avisos sobre a retirada de notas de circulação e sua queima, além de dar publicidade à eleição de sua direção (*Diário*, ed. 12, 14/8/21, p. 90; ed. 22, 26/3/22, p. 84; ed. 3, 4/9/22, p. 1).

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal áulico (Sodré, 1999, p. 49) que transcrevia extratos das sessões das cortes, publicou a sessão em que lhes foi apresentado o decreto de março de 1821, que nacionalizava a dívida do Tesouro com o banco, mencionando como justificativa o auxílio ao governo por meio do desconto de letras e pagamento de obras (*Gazeta*, ed. 100, 20/10/21, p. 2). Esse não deixa de ser um indício da participação do banco no financiamento de obras públicas.

Os jornais publicavam também cartas por meio das quais é possível perceber dificuldades associadas à falta de numerário em circulação, especialmente dinheiro miúdo para troco, à conversão das notas do banco

e sua desvalorização. Uma carta publicada em abril de 1822, em *A Malagueta*, tratando de questões do Tesouro, avaliava que a emissão em circulação era suficiente para atender à demanda das transações, mas que faltavam notas miúdas simplesmente porque o banco decidiu não colocá-las para circular (*A Malagueta*, ed. 20, 27/4/22, p. 82). Ainda em 1821, o *Reverbero Constitucional Fluminense*, apoiador da Independência e editado por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, publicou uma longa carta também reclamando da falta de numerário:

“[...] andamos todos os dias à cata de duas patacas para comprarmos o necessário ao jantar, com mais pena e desgasto do que temos para ganharmos o valor das mesmas duas patacas [moeda de prata de 320 réis] [...] estimarei muito que me suscite outro sistema melhor, que me livre do incômodo de adormecer meditando aonde e porque modo acharei troco de 4.000 réis na manhã seguinte para comprar o almoço” (*Reverbero*, ed. 3, 15/10/21, pp. 28-32).

A questão do dinheiro miúdo talvez dissesse respeito mais ao Tesouro. Embora associada ao banco pelo primeiro missivista, os estatutos impediam a impressão de notas de baixo valor. Porém, a dificuldade de conversão era um problema do banco, ainda que sua origem e solução estivessem vinculadas ao governo. É sabido que, especialmente a partir de 1818, o banco em alguns momentos a restringiu, chegando a suspendê-la. Os jornais captaram o problema em publicações como esta, na seção de *Variedades do Compilador Constitucional*: “Com bastante admiração nossa temos visto que algumas sentinelas do Banco dão

com o couse [sic] da arma em alguns dos que ali vão trocar bilhetes quando há grande aperto. Será essa a maneira de tratar-se um Povo Constitucional?” (*Compilador*, ed. 10, 8/3/22, p. 6). É a mesma impressão publicada no *Reverbero* pouco depois, tendo o Banco do Brasil como alvo, embora não seja mencionado explicitamente:

“[...] qualquer pessoa, que tem ideias de comércio, sabe que crédito é a boa opinião que os outros homens têm da riqueza, boa fé e pontualidade de alguma pessoa ou sociedade: e que circulação é uma operação que fazem as casas alcançadas, que não podendo satisfazer pontualmente as suas dívidas, usam de algum desvio ou rodeio para entreter os seus credores e espaçar o pagamento que não podem fazer no seu vencimento, iludindo-se muitas vezes a si mesmos, ou querendo iludir os outros com a esperança de uma futura solução. Esta operação, que é quase sempre ruínosa, longe de granjear espécie alguma de crédito, o destrói e diminui, iludindo unicamente” (*Reverbero*, ed. 27, 14/5/22, p. 321).

De modo mais claro, já passado quase um ano da declaração de Independência, uma carta de José Antônio Pinheiro Carvalhal reclamava ao redator do *Correio do Rio de Janeiro* que foi quatro vezes ao banco para trocar um bilhete e não conseguiu, porque o Sr. Peçanha só trocava bilhetes de seus protegidos escolhidos a dedo. O missivista pedia ao governo a correção desse tipo de abuso (*Correio*, ed. 7, 8/8/23, p. 27). Poucos dias depois, outra correspondência se queixava da dificuldade de trocar uma nota de 400 mil-réis (*Correio*, ed. 11, 13/8/23, p. 44). E, no mês seguinte, mais uma reclamação sobre o troco e o sr. Peçanha. Desta vez, o

missivista chamou a atenção para a escassez de metal em razão da desproporção entre a emissão do banco e sua reserva metálica. Aludiu ao financiamento da guerra no Sul e à dívida do Tesouro com a instituição e pedia providências para que seu crédito não fosse aniquilado (*Correio*, ed. 31, 6/9/23, p. 1).

O problema da desvalorização das notas do banco aparece num diagnóstico publicado no *Reverbero* (suplemento à ed. 2, 8/10/21) segundo o qual a condição para a confiança na emissão seria a equivalência entre o preço do metal e o valor do numerário, sugerindo a perda de valor do papel diante do metal. Como discutido na seção anterior, a desvalorização das notas estava associada ao descompasso entre a emissão e as reservas do banco, e, por sua vez, a emissão atendia ao financiamento do gasto público. Talvez por isso o padre Antônio João de Lessa tenha relacionado em seu comentário, feito em correspondência ao *Correio do Rio de Janeiro*, “o desfalecimento do Tesouro e estremecimento do crédito do banco” (*Correio*, ed. 59, 22/6/22, p. 243).

O *Correio Braziliense* e o *Correio do Rio de Janeiro* fizeram críticas à atuação do governo junto ao banco em edições publicadas entre janeiro e junho de 1822, ambos motivados, aparentemente, pela criação do Banco de Lisboa no último dia do ano anterior. O primeiro, em janeiro de 1822, noticiava a criação desse banco e reclamava do tratamento dado pelas cortes ao Banco do Brasil (*Correio Braziliense*, jan./22, p. 95). Interessante notar na edição seguinte a influência da experiência brasileira na avaliação feita pelo jornal de que o banco português não conseguiria despertar a confiança do público por ter sido criado para emprestar ao governo (*Correio Braziliense*, fev./22, p. 185).

Em março de 1822, o mesmo jornal reconhecia uma melhora na administração do banco e o auxílio de comerciantes ingleses, provavelmente por destinarem capitais para a instituição. O problema em sua avaliação era o governo, que trabalharia para aniquilar o banco. Em sua defesa, cobrava o pagamento da dívida do Tesouro e exigia o fim da interferência governamental, pois estava convencido de que “a menor ingerência do Governo é peçonha que mata a todo o Banco, e tanto mais violentamente quanto maior for essa ingerência” (*Correio Braziliense*, mar./22, p. 300). Vale lembrar, nesse ponto, que o *Correio Braziliense* circulava entre comerciantes que transitavam por Londres, Lisboa e Rio de Janeiro, e era financiado por eles (Oliveira, 2017, p. 110), então, não surpreende a menção positiva aos comerciantes estrangeiros em contraste com a avaliação de outro periódico, como veremos adiante.

O jornal também estava certo de que as cortes operavam contra o banco – por exemplo, ao retirar-lhe direitos garantidos pelos estatutos de venda do pau-brasil, urzela e outros produtos – e exortava o governo a, além de quitar sua dívida, controlar suas finanças de modo a contribuir para a melhoria da situação. Julgava que a ruína do banco brasileiro, defendida explicitamente em Portugal, seria também o início da ruína das finanças públicas e do Estado. Em sua visão, a culpa pelas dificuldades do banco era mais do governo do que de sua administração (*Correio Braziliense*, abr./22, pp. 448-9). A crítica do *Correio Braziliense* tinha, portanto, dois alvos: o governo brasileiro, pelo desconhecimento de suas finanças e suas consequências para o banco, e as cortes, pelo descaso e ataque à instituição brasileira.

Pela mesma época, em abril de 1822, o *Correio do Rio de Janeiro* publicou uma história concisa dos bancos comerciais por ocasião da criação do Banco de Lisboa pouco tempo antes. De modo geral, criticava nessa história a intervenção do governo em bancos particulares por desmobilizar a confiança do público em instituições cujo sucesso dependia essencialmente de sua credibilidade. Nas palavras do jornal, para ser bem-sucedido bastaria ao banco “muito crédito, inabalável crédito e imperdível crédito” (*Correio*, ed. 12, 23/4/22, p. 45).

Nessa linha, não se podia esperar uma análise positiva do caso brasileiro e, de fato, o articulista critica, talvez com algum exagero, o governo e a administração do banco por dilapidarem recursos dos acionistas sem estimular a expansão da economia: “Nenhuma fábrica de papel pardo se estabeleceu no Brasil; nenhuma estrada de comunicação se abriu entre duas capitanias; nem manufatureiros alguns foram convidados a passarem ao Brasil debaixo da proteção do banco” (*Correio*, ed. 13, 24/4/22, p. 51).

Entre maio e junho de 1822, o jornal publicou novas críticas ao governo e à administração do banco (*Correio*, ed. 27, 10/5/22, pp. 108-9 e ed. 41, 29/5/22, p. 167), além do requerimento de seu representante em Lisboa, João Rodrigues Pereira de Almeida, solicitando às cortes, em tom dramático, que o governo pagasse sua dívida para evitar a destruição do banco e o prejuízo de milhares de acionistas espalhados por todo o Brasil (*Correio*, ed. 51, 8/6/22, pp. 206-8).

José Vitorino dos Santos e Souza e Antonio Rodrigues de Oliveira eram os redatores dos *Annaes Fluminenses*, que circulou em edição única em janeiro de 1822. Consta nessa edição um longo artigo escrito por

eles intitulado “O Banco do Brasil em 1821”. De maneira geral, é um artigo em defesa do banco, que buscava explicar a falta de confiança do público na instituição naquela conjuntura e aventar soluções para recuperá-la.

Para os articulistas, o banco já havia passado por problemas anteriormente sem perder a confiança do público, mas sua credibilidade teria sido verdadeiramente abalada com o retorno de d. João para Portugal em abril de 1821 e a consequente saída de recursos do banco para o exterior. Desde então, argumentam, o banco restringiu a conversão e por isso suas notas estariam se desvalorizando. Nesse ponto criticaram, não só a dificuldade de conversão, mas a arbitrariedade ensejada por ela no momento em que o público levava suas notas aos guichês do banco para convertê-las (*Annaes*, ed. 1, 1º/1/22, pp. 21-2), como também revelaram as críticas mencionadas há pouco.

Apesar disso, enfatizavam o crédito do banco e afirmavam que, além da segurança das notas, seria de interesse geral fazê-lo prosperar para fomentar a riqueza nacional (*Annaes*, ed. 1, 1º/1/22, p. 23). Para sustentar sua posição, diziam que, além de ter seus empréstimos reconhecidos como dívida nacional por decreto de março de 1821,

“[...] o Banco do Brasil não tem o seu crédito radicado em fundos quiméricos; e os bilhetes que aqui circulam, não são a moeda papel de outros países: grandes rendas do Estado, todos os impostos de seges, carruagens, armazéns, tavernas, etc. e todas as rendas públicas que lhe foram consignadas foram a sua garantia” (*Annaes*, ed. 1, 1º/1/22, p. 31).

No entanto, reconheciam a significativa desvalorização de suas notas diante do ouro

e da prata. Segundo eles, essas notas circulavam por praticamente metade do valor que representavam (*Annaes*, ed. 1, 1º/1/22, p. 24). Paradoxalmente, a desvalorização resultante da desconfiança nas notas do banco viria, em parte, da confiança anterior que havia permitido ao banco fazer, nas palavras dos articulistas, “emissões ousadas”, maiores do que a prudência recomendaria (*Annaes*, ed. 1, 1º/1/22, p. 24). Naquela ocasião, creditaram a maior dificuldade do banco à saída de d. João e dos metais, porém, segundo eles, esse seria um problema temporário (*Annaes*, ed. 1, 1º/1/22, p. 32).

O artigo segue dizendo não ser justificada, portanto, a perda de confiança enfrentada pelo banco e, em contraste com o *Correio Braziliense*, apontou a crítica também para a atitude de comerciantes que, em vez de levarem metais para o banco ou para o mercado, promoviam um entesouramento que os encarecia e obrigava o banco a recorrer à conversão em cobre. Entretanto, não deixam de mencionar que o meio mais eficaz para reduzir a dívida do Tesouro com o banco seria reduzir a despesa pública (*Annaes*, ed. 1, 1º/1/22, pp. 41-2). Finalmente, encerram o artigo afirmando a importância do banco como credor do Estado:

“[...] o Banco do Brasil tem produzido e produz um aumento excessivo de riquezas, que todo mundo conhece; e é disto uma prova a grande dívida em que o Tesouro público está para com ele; além dos devedores particulares, como sabemos. De certo, a não ser o banco, El-Rei não acharia jamais credores de tão grande importância, como o banco tem adiantado; e a ser, como se diz, essa dívida contraída em razão das urgências do Estado; ou os negócios ter-

-se-iam perdido, a não existir o banco; ou ter-se-ia recorrido (com vergonha dizemos) à Inglaterra, que tem sabido tirar do nosso desleixo todas as grandes vantagens que o nosso governo podia e devia ter tirado deste imenso mar de riquezas” (*Annaes*, ed. 1, 1º/1/22, p. 46).

A pesquisa na imprensa revelou que as notícias e análises sobre o banco apareceram com mais frequência antes do processo de Independência. É notável não haver, na documentação analisada, um vínculo entre a movimentação política e a perda de confiança no banco. Contudo, uma possível explicação para isso é o fato de que suas dificuldades já vinham desde antes de setembro de 1822. Mesmo depois da Independência, seus problemas continuaram muito semelhantes aos de 1818 e 1821 debatidos na imprensa e já conhecidos pelos leitores. Talvez por isso, pelos jornais, a emancipação política não tenha suscitado maior desconfiança num público já desconfiado com o banco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação deste artigo foi pensar os bancos no Brasil na época da Independência. Sabendo-se que nessa altura havia no país somente o Banco do Brasil, procurou-se costurar sua relação com a Independência mirando dois objetivos: o primeiro foi mostrar a importância do banco no financiamento de gastos públicos essenciais para a consolidação da emancipação política. O segundo foi captar, por meio da imprensa, o efeito do processo de Independência sobre a confiança do público no banco.

O artigo tentou mostrar, em primeiro lugar, que o mercado de crédito na primeira metade do século XIX se desenvolveu no Brasil, especialmente na corte, prescindindo da atividade bancária. O grosso do crédito era fornecido por indivíduos, com especial participação de comerciantes. O Banco do Brasil também ofertou crédito a particulares, porém, suas operações mais importantes foram feitas com o governo. Afinal, um de seus objetivos, tal como consagrado em seus estatutos, era justamente fornecer recursos para financiar o gasto público.

Em seguida, por meio de relatórios do Ministério da Fazenda, inclusive o relatório sobre a crise de 1857, procuramos mostrar que a relação entre o banco e o Estado se aprofundou depois da Independência, ou seja, a tendência de aumento do fornecimento de recursos do banco ao governo se acentuou depois de 1822 até sua extinção. Vimos que o aumento da emissão, derivada, em boa medida, da demanda de recursos por parte do governo, fragilizou o banco na medida em que o aumento de recursos para conversão das notas não a acompanhava.

Advertimos também que esse processo não se iniciou com a Independência e já era um problema desde pelo menos 1818. A volta de d. João para Portugal em 1821 o agravou. Portanto, a Independência não trouxe novos problemas ao banco, pois eram os mesmos de antes, apenas os aprofundaram em virtude do aumento da demanda de recursos para consolidá-la. Mesmo fragilizado por essa demanda, o banco garantiu os recursos necessários para financiar importantes gastos relativos à emancipação política.

Não se deve, portanto, desprezar o papel do Banco do Brasil nesse processo, especialmente no suprimento de campanhas

militares nas províncias e na região da Cisplatina. Além disso, é preciso considerar também o auxílio à circulação, uma vez que as notas do banco faziam parte do meio circulante da época, fundamental para garantir a realização das transações e a dinâmica da economia.

Finalmente, o artigo tentou captar, por meio da análise de jornais por volta de 1822, a eventual desconfiança no banco provocada pelo processo político. É preciso lembrar que, nessa época, os jornais eram meramente informativos ou tratavam muito mais de questões políticas do que econômicas. Os jornais dedicados especificamente ao comércio ainda não haviam sido lançados nesse ano. Contudo, como a questão do Banco do Brasil se misturava à política, ele apareceu em algumas edições no período analisado. Além de notícias banais sobre o cotidiano do banco, foram publicadas também avaliações sobre sua situação.

Essas avaliações, em sua maioria, falavam claramente da situação deplorável do banco, isto é, da dificuldade de conversão e, conseqüentemente, da desvalorização de suas notas. Talvez por isso a questão mais importante tratada nessas avaliações dizia respeito ao pagamento da dívida do Tesouro e suas demandas em relação ao banco, isto é, tratavam da relação entre o banco e o governo. Também de maneira geral, o tom é de crítica à intervenção do governo no banco, frequentemente apontada como a principal culpada pela difícil situação do estabelecimento. A administração do banco também é criticada, mas em menor grau. Por outro lado, é reconhecida a importância do banco para a economia e, inclusive, para o financiamento do gasto público.

Quase não se menciona o efeito da Independência sobre o banco. Basta dizer que boa parte das publicações sobre ele está concentrada antes de setembro de 1822, fato não muito surpreendente se considerarmos que o processo ganhou corpo nos últimos instantes. Não obstante, as propostas econômicas das cortes para o Brasil, que tinham intenção de restabelecer restrições comerciais, já ameaçavam há tempos os interesses de comerciantes brasileiros e também portugueses com negócios no país, causando certa agitação política.

A queda na subscrição das ações do banco em 1821 e 1822 sugere que alguma desconfiança a Independência fomentou, todavia, ela não parece ter sido capaz de alterar de maneira significativa a expectativa em relação ao banco, pois seus problemas já estavam dados desde 1818, quando a conversão começou a falhar. Esta é uma

hipótese para explicar por que um processo político como a Independência, que carregaria certo grau de incerteza sobre a economia e também sobre o banco, não chegou a se tornar um fato suficientemente relevante para a imprensa. Pesa também, é claro, o fato dessa imprensa se dedicar mais aos assuntos políticos do que econômicos, mas, como vimos, o banco estava ligado intrinsecamente a questões políticas.

Em síntese, mesmo não sendo protagonista dos debates nos jornais do início da década de 1820, e apesar de todas as dificuldades, o Banco do Brasil supriu o Tesouro praticamente até sua extinção em 1829, facilitando os meios e os recursos de que as rendas reais e as públicas necessitassem para ocorrer às despesas do Estado, inclusive aquelas associadas à Independência, cumprindo o desiderato impresso no alvará de sua criação.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, B. "Crédito", in A. Slemian; B. Aidar; J. R. de L. Lopes (orgs.) *Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX)*. São Paulo, Alameda, 2020.
- AIDAR, B. *Financiar o Império: o Banco do Brasil e seus acionistas, 1808-1821*. Artigo apresentado no seminário internacional "Empréstitos, donativos y especulaciones con la real hacienda en los imperios ibéricos". México, Instituto Mora, 2018.
- ANDRADA, A. C. R. de. *Bancos de emissão no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Leite Ribeiro, 1923.
- BETHELL, L. (ed.). *The Cambridge History of Latin America*, v. 3. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.
- BRASIL. *Demonstração da receita e despesa do Thesouro Nacional*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1827.

- BRASIL. *Exposição do estado da Fazenda Pública*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1823.
- BRASIL. *Relatório da comissão de inquérito nomeada por aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859*. S. l., s.n., 1860.
- BRASIL. *Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda na sessão de 15 de maio de 1930*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1830.
- BRASIL. *Relatório ou exposição do ministro da Fazenda sobre o estado da administração respectiva*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1826.
- CARDOSO, J. L. "Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado". *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 59, 2010, pp.167-92.
- CARRARA, Â. A. *Fiscalidade e finanças do Estado brasileiro, 1808-1889*. Tese. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- CARREIRA, L. de C. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.
- CORRÊA, F. R. C. "Letra de câmbio", in A. Slemian; B. Aidar; J. R. de L. Lopes (orgs.). *Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX)*. São Paulo, Alameda, 2020.
- CORRESPONDÊNCIA *Official das províncias do Brasil durante a legislatura das Cortes Constituintes de Portugal nos annos de 1821-1822 precedidas das cartas dirigidas a El-Rei D. João VI pelo príncipe real D. Pedro de Alcântara, como regente*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.
- COSTA, E. V. da. "Introdução ao estudo da emancipação política", in C. G. Mota (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1981.
- EGAS, E. *Cartas de D. Pedro a seu pae D. João VI (1821-1822)*. São Paulo, Typ. Brasil, 1916.
- FRANCO, A. A. de M.; PACHECO, C. *História do Banco do Brasil*, v. 1. Brasília, Banco do Brasil, 1979.
- FRANCO, B. de S. *Os bancos do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1848.
- FREIRE, F. *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. D'O Economista Brasileiro, 1907.
- GORENSTEIN, R. "Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)", in L. M. Martinho; R. Gorenstein. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.
- LISBOA, J. A. *Reflexões sobre o Banco do Brasil oferecidas aos seus acionistas*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1821.
- MARCONDES, R. "Crédito privado antes da grande depressão do século XX: o mercado hipotecário". *Estudos Econômicos*, v. 44, n. 4, 2014, pp. 749-86.
- MARICHAL, C. *El nacimiento de la banca en América Latina: finanzas y política en el siglo XIX*. "Cap 3: El despegue de la banca en Latinoamérica: 1850-1880" (mimeo).
- MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia, século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- MOREL, M. "As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)". Jundiá, Paco Editorial, 2016.
- NORTH, D. C.; WEINGAST, B. "Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in Seventeenth-Century England". *The Journal of Economic History*, v. 49, n. 4, 1989, pp. 803-32.
- OLIVEIRA, C. H. L. de S. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos na corte do Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo, Universidade São Francisco, 1999.

- OLIVEIRA, M. F. "Hipólito José da Costa e as ideias econômicas d'O *Correio Braziliense*". *Intellèctus*, v. XVI, n. 1, 2017, pp. 106-30.
- PENNA, C. G. *Economias urbanas: capital, créditos e escravidão na cidade do Rio de Janeiro, c.1820-1860*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- PIMENTA, J. P. G. "A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico." *História da Historiografia*, n. 3, 2009, pp. 53-82.
- PIÑEIRO, T. L.; SARAIVA, L. F. "O mercado de crédito no Rio de Janeiro (1821-1850)". *Locus: Revista de História*, v. 20, n. 2, 2014, pp. 129-51.
- RYAN JR., J. J. *Credit where credit is due: lending and borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900*. PhD Thesis. University of California, 2007.
- SAMPAIO, J. F. da C. e. *Carta dirigida aos acionistas do Banco do Brasil, em consequência de certas reflexões sobre o mesmo*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1821.
- SANTOS, C. A. C. dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.
- SARAIVA, L. F.; ALVARENGA, T. "A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, 1831-1859", in C. Marichal; T. F. R. Gambi. *Historia bancaria y monetaria de América Latina (siglos XIX y XX)*. Santander, Ediciones Universidad de Cantabria, 2017.
- SAY, H. *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil*. Paris, Guillaumin, 1839.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.
- SUMMERHILL, W. *Inglorious revolution*. New Haven, Yale University Press, 2015.
- VIANA, V. *O Banco do Brasil. Sua formação. Seu engrandecimento. Sua missão nacional*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1926.

Periódicos

- A MALAGUETA*, ed. 20, 27/4/22.
- ANNAES Fluminenses*, ed. 1, 1º/1/22.
- COMPILADOR Constitucional, Político e Literário*, ed. 9, 2/3/22.
- CORREIO BRAZILIENSE*, jan.-abr./1822.
- CORREIO do Rio de Janeiro*, ed. 12, 23/4/22; ed. 13, 24/4/22; ed. 27, 10/5/22; ed. 41, 29/5/22; ed. 51, 8/6/22; ed. 59, 22/6/22; ed. 7, 8/8/23; ed. 11, 13/8/23; ed. 31, 6/9/23.
- DIÁRIO do Rio de Janeiro*, ed. 12, 14/8/21; ed. 22, 26/3/22; ed. 3, 4/9/22.
- GAZETA do Rio de Janeiro*, ed. 100, 20/10/21.
- O ESPELHO*, ed. 129, 11/2/1823.
- REVERBERO Constitucional*, suplemento à ed. 2, 8/10/21; ed. 3, 15/10/21; ed. 27, 14/5/22.